

Evento

seminário de formação *Aprendizagem ao Longo da Vida – Universidade Aberta*

12 e 13 de Outubro de 2010

Finalidade da conferência: reflectir e definir as bases para a implementação, nas Universidades Portuguesas, com ou sem recurso ao ensino à distância (EaD), de processo de aprendizagem ao longo da vida (ALV) ou *long life learning* (LLL), sendo que este processo faz parte de uma das componentes do trabalho das Universidades, a chamada 3ª missão, que inclui também a transferência de tecnologia, a investigação científica para a produção, as acções de responsabilidade social, etc.

Pressupostos ideológicos da ALV, que perpassaram por várias intervenções, pressupostos esses mais ou menos suportados em dados e orientações políticas da União Europeia

- Necessidade de colmatar o fosso intergeracional, no qual as populações de faixas etárias mais elevadas têm habilitações académicas e profissionais muito mais baixas e, em Portugal, muito abaixo da média europeia e muito abaixo da média dos países que compõem a OCDE (**dados esses que já foram apresentados/falados/divulgados em outras situações de formação interna e externa da equipa e que também podem ser consultados no documento de co-autoria do Luís Capucha e que está na plataforma Moodle**).

- Alterações muito significativas do mercado de trabalho, com dois aspectos em destaque: a fragmentação da vida profissional (nos EUA prevê-se que no ciclo activo de cada indivíduo o mesmo possa ter mais de 14 profissões) e uma produção baseada no conhecimento, não apenas nas profissões com elevados níveis de qualificações, mas todo o tipo de qualificações. Acresce-se a isso o facto de o ciclo de vida do conhecimento ser cada vez mais curto. No início do século XX, a duração da validade do conhecimento era superior à esperança média de vida dos indivíduos. Actualmente, o ciclo de vida do conhecimento é de três anos. Um exemplo dado por um conferencista: as 10 profissões mais procuradas e conceituadas hoje no mercado de trabalho não existiam em 2004.

- A necessidade de continuar a trabalhar para a coesão social. Neste contexto, foram trabalhadas, por vários intervenientes, ao longo dos dois dias, duas linhas de raciocínio complementares, mas distintas, a saber, a necessidade de se fazer a capacitação dos indivíduos e a necessidade de se fazer uma reeducação para a cidadania.

No que respeita à **capacitação dos indivíduos**, a ideia é a de aumentar os níveis de literacia dos indivíduos. Num mundo hipertextualizado, com múltiplos suportes e formatos informativos, com um altíssimo nível de complexidade de significados e acções, os níveis de literacia a trabalhar (**cujos níveis em Portugal,**



pelos relatórios PISA continuam baixíssimos) já não têm a ver com o domínio discreto da leitura e da escrita, mas com a literacia da informação (**conforme podemos ver no nosso PE**) e todas as literacias que lhe estão associadas (digital, TIC, visual...). Num mundo de produção de informação onde a filtragem ocorre depois da edição e onde todos podem ser autores não credenciados de informação, disponibilizada quase instantaneamente à escala mundial, (ao contrário do que acontecia há meia dúzia de anos, onde a informação editada e disponibilizada era, primeiro, filtrada pela autoridade da autoria e pela autoridade do editor), competências de literacia como o saber procurar, seleccionar, analisar, sintetizar e produzir nova informação são essenciais e exigem novos métodos pedagógicos.

No que respeita à **reeducação para a cidadania**, relatórios produzidos para um cenário a 2025 pela CIA, ONU e EU, sintetizam as ideias que se descrevem em seguida. Reeducação para a cidadania significa educar para: a autonomia, a solidariedade, a diversidade e a democracia. Por sua vez, cada um destes domínios, significa: na educação para a autonomia, a educação cognitiva, ética e emocional da personalidade e a aprendizagem da liderança, aprender a comandar e a obedecer; na educação para a solidariedade, aprender a ter respeito pelas gerações passadas (respeito pelo património), a geração actual e as gerações futuras (respeito pelo ambiente); na educação para a diversidade, a educação para a mudança, o pluralismo cultural e a complementaridade de género; na educação para a democracia, a educação assume esta como meta e como método, como algo que se tem de alcançar nos pressupostos ideológicos que a sustentam (a isonomia) e como meio (a igualdade do poder da palavra como instrumento público de intervenção).

Estes pressupostos procuram fundamentar a ideia de que as universidades, através da ALV e da EaD, têm um papel fundamental da eliminação das desigualdades sociais, na capacitação dos indivíduos e na educação para a cidadania.

Assim, foi apresentado um projecto de USBM (University Strategies Business Model), projecto apoiado pela EU e já aplicado ao nível europeu por 21 universidades. Aqui foram apresentados os principais aspectos que uma universidade deve ter em conta se pretende implementar a LAV (definir a missão, visão, valores e princípios orientadores; parceiros, recursos materiais e financeiros; em suma, têm de definir um Plano Estratégico de Intervenção).

Foram também apresentados vários exemplos de universidades espanholas e inglesa que já têm amplos programas de ALV. Foram problematizados aspectos como: os públicos alvo, os sistemas de acesso, os programas, as adaptações curriculares, a obtenção, ou não de certificados, a deslocalização no espaço, a gestão e a flexibilização do tempo (estes dois aspectos sobretudo no âmbito da EaD), sendo que o número de pessoas abrangidas por estas universidades é realmente impressionante.

Uma das condições da ALV (que é também um desafio) é a de que o paradigma do ensino centrado na transmissão do conhecimento da autoridade para o aprendente terá de ser revista e substituída pela ideia de que existe aprendizagem em qualquer tempo e qualquer lugar. É aqui que entra o modelo RVCC, da validação de adquiridos, conquanto o termo poderá não ter o mesmo significado nos vários sistemas implementados a nível europeu. Neste contexto, foi feita a intervenção da vice-presidente da ANQ, Carmo Gomes, que apresentou as bases metodológicas do RVCC, tendo sublinhado o papel do referencial CC.

No entanto, e como sabemos, os sistemas de RVCC, que podem ser alargados ao ensino superior, têm opositores, os quais, segundo o Luís Capucha, presidente da ANQ, tecem críticas a partir do ensino tradicional. Face à oposição ideológica, sobretudo dos que estranham e desconhecem o RVCC e as múltiplas formas de



educação e formação de adultos (as quais, segundo outras intervenções e de acordo com estudos internacionais devem ser diversificadas nos conteúdos e nos modelos de formação), Luís Capucha responde que a persuasão só pode ser feita através da qualidade do sistema, o rigor dos procedimentos e o impacto na economia. Este último ponto talvez seja a única forma de combater a má fé dos que (embora não o assumam), vêm no sistema de RVCC e na massificação das formas de formação de adultos, uma ameaça ao seu estatuto porque o seu diploma (que em Portugal tem um elevado valor simbólico e económico), já não é um bem raro, mas um bem acessíveis a todos e, sobretudo, aos que por razões sociais e económicas não puderam aceder ao ensino formal em devido tempo. Mas, como combater a má fé da argumentação de muitos destes últimos? Através do real impacto na economia das certificações. **É aqui que todos temos um papel muito importante. No nosso caso, o nosso grande desafio (para além das qualidades das nossas parcerias) é o de transformar o processo RVCC num processo de capacitação. Durante o processo, pela auto-reflexão e pela densificação, aprofundamento dos conhecimentos e balanço real que permita ao adulto ter a noção do que lhe falta para alcançar o ideal de cidadania, de pessoa de profissional, que, no nosso caso, está concretizado no nosso PEI e no nosso PE. Após o processo, pela efectiva concretização dos planos de desenvolvimento pessoais, quer na sua fase de elaboração (com um envolvimento reflexivo e crítico do adulto que no balanço das suas competências deve ser capaz de aferir o que pode ainda alcançar num projecto futuro sustentado), quer na sua fase de realização, em especial no que à formação diz respeito. Assim, quando num PDP se propõe ao adulto um CET, ou o Ensino Superior ou um EFA, o grau de concretude do projecto (por exemplo, a selecção de uma área específica), pode ser sinónimo do grau de compromisso do adulto com o projecto.**

Para o nosso trabalho no CNO, para além de uma série de ideias que já ouvimos / lemos várias vezes, o que podemos reter? A ideia de que estes projectos futuros dos adultos, nomeadamente numa fase pós-secundária, se podem a vir mais facilmente alcançar se as universidades começarem a desenvolver planos consistentes de ALV, nomeadamente através do EaD. Portanto, para os nossos pDP e PPQ, num futuro mais ou menos próximo, esta poderá se ruma realidade a considerar, o que já deve ser considerado ao nível da Universidade Aberta.

